

Moeda-índice entra em vigor em janeiro

Novo índice, a Unidade de Referência, começará a ser usado pelo setor público na correção de tarifas, impostos e câmbio, e, posteriormente, como substituto da Taxa Referencial de juros

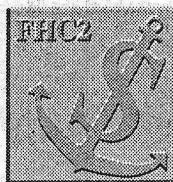
BEATRIZ ABREU
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O novo indexador que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia na próxima semana entrará em vigor somente em janeiro. O ministro acredita que, até lá, o Congresso terá aprovado a emenda constitucional que cria a Reserva Social de Emergência e o aumento de 5% das alíquotas de todos os impostos federais. Cardoso considera indispensável que a sociedade se familiarize com a nova proposta, principalmente para que verifique que não existirá nenhuma quebra de contrato ou confisco de ativos.

O novo indexador, atrelado ao dólar e com variação diária, será de uso voluntário. O governo espera a adesão gradual de todos os segmentos da sociedade à Unidade de Referência (UR). O processo de indexação pela UR começará

dentro do próprio setor público, com a correção das tarifas públicas, dos impostos — em substituição à Ufir — e do câmbio. Posteriormente, o governo poderá substituir a Taxa Referencial de juros (TR) pela UR, como indexador do mercado financeiro. Nesse caso, a mudança está condicionada à confiança da sociedade no novo índice.

Em um segundo momento, o governo vai incentivar, por meio de instrumentos de mercado, a indexação dos preços privados pela UR. A equipe econômica espera que as centrais sindicais reivindiquem o mesmo índice de reajuste para os salários. Essa questão é considerada pelos assessores de Cardoso como a mais delicada de todas, por envolver o problema de como os



salários serão convertidos para o novo índice: se pelo pico (valor do salário na época do dissídio coletivo) ou se pela média (como ocorreu nos planos anteriores).

O sucesso da moeda-índice ou moeda indexada depende basicamente da aprovação do ajuste fiscal. "Reorganizar as finanças públicas é o passo

mais difícil", disse Cardoso. "Mas essa é a pré-condição para a estabilização da economia." O ajuste fiscal dependerá do Congresso. "É essencial que o Congresso dê o caminho", advertiu. Se a emenda

constitucional — que permitirá à União reduzir as transferências de recursos para Estados e municípios e as demais vinculações orçamentárias — não for aprovada, não haverá como executar o orçamento de 1994 e eliminar o déficit público, disse.

USO DA UR
NOS SALÁRIOS
É QUESTÃO
COMPLICADA



Cardoso (E), Raul Jungman, da Seplan, e Raymundo Lyra, da Comissão de Orçamento: mudanças